



A premência da institucionalização da pesquisa em estudos latino-americanos no Brasil: uma análise histórica

Adelcio Machado dos Santos¹

Resumo

O artigo buscou analisar o processo histórico e epistemológico da institucionalização da pesquisa em Estudos Latino-Americanos no Brasil, destacando seus fundamentos teóricos, avanços institucionais e desafios contemporâneos. A investigação parte de uma revisão bibliográfica, de caráter crítico, abordando desde as origens do pensamento latino-americano sobre o tema até a sua consolidação no meio acadêmico brasileiro. Fundamentado em autores como Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Mignolo, entre outros, o estudo evidencia que a institucionalização do campo está intrinsecamente ligada à luta pela descolonização do saber e à busca por autonomia científica diante das hegemonias epistemológicas do Norte global. Ademais disso, discute as limitações estruturais e políticas que ainda restringem a consolidação plena dessa área no país, ressaltando a necessidade de fortalecer redes de pesquisa regionais e promover diálogos transnacionais. Conclui-se que os Estudos Latino-Americanos se configuram em espaço plural e dinâmico, comprometido com a produção de conhecimentos críticos e situados, essenciais para repensar o papel do Brasil na construção de uma América Latina integrada, solidária e epistemologicamente autônoma.

Palavras chave: estudos latino-americanos, institucionalização, epistemologia decolonial, integração regional.

La urgencia de la institucionalización de la investigación en estudios latinoamericanos en Brasil: un análisis histórico

Resumen

Este artículo buscó analizar el proceso histórico y epistemológico de la institucionalización de la investigación en Estudios Latinoamericanos en Brasil, destacando sus fundamentos teóricos, avances institucionales y desafíos contemporáneos. La investigación comienza con una revisión crítica de la literatura, que abarca desde los orígenes del pensamiento latinoamericano sobre el tema hasta su consolidación en la academia brasileña. Basado en autores como Aníbal Quijano, Enrique Dussel y Walter Mignolo, entre otros, el estudio muestra que la institucionalización del campo está intrínsecamente ligada a la lucha por la descolonización del conocimiento y la búsqueda de la autonomía científica frente a las hegemonías epistemológicas del Norte Global. Además, analiza las limitaciones estructurales y políticas que aún restringen la plena consolidación de esta área en el país, enfatizando la necesidad de fortalecer las redes regionales de investigación y promover diálogos transnacionales. Se concluye que los Estudios

¹ Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento pela UFSC. Docente, pesquisador e orientador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). E-mail adelciomachado@gmail.com

Latinoamericanos constituyen un espacio plural y dinámico, comprometido con la producción de conocimiento crítico y situado, esencial para repensar el papel de Brasil en la construcción de una América Latina integrada, solidaria y epistemológicamente autónoma

Palabras clave: estudios latinoamericanos, institucionalización, epistemología decolonial, integración regional.

The prevalence of the institutionalization of research in Latin American studies in Brazil: a historical analysis

Abstract

This article sought to analyze the historical and epistemological process of the institutionalization of research in Latin American Studies in Brazil, highlighting its theoretical foundations, institutional advances, and contemporary challenges. The investigation begins with a critical literature review, addressing everything from the origins of Latin American thought on the subject to its consolidation within Brazilian academia. Based on authors such as Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Dignolo, among others, the study shows that the institutionalization of the field is intrinsically linked to the struggle for the decolonization of knowledge and the pursuit of scientific autonomy in the face of the epistemological hegemonies of the Global North. Furthermore, it discusses the structural and political limitations that still restrict the full consolidation of this area in the country, emphasizing the need to strengthen regional research networks and promote transnational dialogues. It can be concluded that Latin American Studies constitute a plural and dynamic space, committed to the production of critical and situated knowledge, essential for rethinking Brazil's role in building an integrated, supportive, and epistemologically autonomous Latin America

Key words: latin american studies, institutionalization, decolonial epistemology, regional integration.

Introdução

O estudo da América Latina, enquanto objeto de reflexão acadêmica e de produção científica autônoma, constitui um campo de conhecimento que, historicamente, emergiu de um processo de resistência cultural, política e epistêmica frente à hegemonia do pensamento eurocêntrico.

No Brasil, esse campo tem sido marcado por movimentos descontínuos de formação, consolidação e reconhecimento institucional, refletindo as tensões entre o local e o global, o periférico e o central, o autônomo e o dependente (Zanella; Donatti, 2023). A premência da institucionalização da pesquisa em Estudos Latino-Americanos no contexto brasileiro, portanto, não é apenas uma demanda administrativa ou organizacional, mas uma necessidade histórica e epistemológica vinculada à busca por soberania intelectual e por uma ciência comprometida com a realidade continental.

Desde o século XX, as discussões sobre a identidade latino-americana e a integração regional se articularam com projetos políticos e intelectuais de emancipação. A fundação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a formulação da Teoria da Dependência foram marcos decisivos na formação de um pensamento crítico latino-americano (Sakamoto *et al.*, 2022). Intelectuais como Raúl Prebisch, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e Darcy Ribeiro contribuíram para delinear uma visão própria da região, questionando as relações desiguais de poder e propondo alternativas de desenvolvimento que reconheçam as especificidades históricas e estruturais da América Latina (Furtado, 1969; Cardoso; Faletto, 1970; Ribeiro, 1986).

O processo de constituição dos Estudos Latino-Americanos no Brasil, encontrou obstáculos significativos. Por um lado, a inserção tardia e hesitante do país nas redes regionais de pesquisa - agravada pela barreira linguística e pela histórica orientação das elites intelectuais brasileiras em direção à Europa - limitou a consolidação de uma tradição acadêmica voltada à América Latina. Por outro, a falta de políticas públicas consistentes para fomentar a pesquisa e a cooperação internacional entre as universidades do continente resultou em um desenvolvimento fragmentado e, em muitos casos, efêmero. Assim, o campo dos Estudos Latino-Americanos, embora reconhecido em sua importância cultural e política, ainda carece de institucionalização sólida no cenário científico brasileiro, tanto em termos de estrutura quanto de legitimidade epistemológica.

A institucionalização da pesquisa latino-americano envolve, portanto, múltiplas dimensões. Em sentido restrito, referem-se à criação e consolidação de instituições acadêmicas, programas de pós-graduação, centros de pesquisa e linhas de investigação voltadas para o estudo da América Latina, como o Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP) e a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Em sentido mais amplo, implica no reconhecimento do pensamento latino-americano como categoria científica legítima, capaz de produzir teorias e metodologias próprias, situadas e críticas, contribuindo para a construção de um conhecimento não subordinado aos paradigmas eurocêntricos (Mignolo, 2005; Lander, 2005; Dussel, 2015).

Essa urgência encontra-se reforçada pelas transformações contemporâneas na geopolítica do conhecimento. Conforme argumenta Boaventura de Sousa Santos (2010), o mundo vive uma transição paradigmática em que a “ecologia de saberes” torna-se uma condição necessária para o enfrentamento das desigualdades cognitivas impostas pelo colonialismo epistemológico.

A América Latina, nesse contexto, busca revalorizar suas próprias tradições intelectuais

e fortalecer institucionalmente os espaços de produção e circulação de conhecimento que expressem sua pluralidade cultural e histórica. O Brasil, por ser uma das maiores economias e possuir inúmeros centros acadêmicos no continente sul americano, desempenha papel estratégico nesse movimento, mas enfrenta desafios estruturais na consolidação de políticas para pesquisas que integrem efetivamente o continente e promovam o diálogo entre os saberes.

A ausência de institucionalização robusta ocasiona implicações diretas para a produção científica. A falta de uma rede de pesquisas permanentes, a escassez de periódicos especializados e a descontinuidade de políticas públicas de fomento comprometem a continuidade dos estudos latino-americanos e a visibilidade de suas contribuições. Além disso, a precarização do trabalho acadêmico e a crescente pressão por indicadores de produtividade internacionalizada - muitas vezes baseados em critérios alheios às realidades latino-americanas - reforçam a marginalização desse campo. Nesse cenário, a institucionalização não deve ser vista apenas como um ato burocrático, mas como um projeto político e epistêmico de resistência, voltado à construção de uma ciência comprometida com a integração regional e com a descolonização do saber (Quijano, 2000; Mignolo, 2008).

Assim, compreender o processo histórico de formação e consolidação dos Estudos Latino-Americanos no Brasil significa investigar as condições materiais e as disputas simbólicas que moldam sua trajetória. A análise histórica revela que, apesar dos avanços pontuais, a institucionalização dessa área encontra-se marcada pela intermitência e a dependência de contextos políticos favoráveis. Durante os anos 1960 e 1970, por exemplo, o autoritarismo e a censura limitaram o intercâmbio intelectual e marginalizaram as perspectivas críticas. Nas décadas seguintes, a redemocratização e a expansão do ensino superior trouxeram novos impulsos, mas também novos desafios, como a necessidade de financiamento contínuo e o reconhecimento acadêmico da interdisciplinaridade.

No contexto contemporâneo, a relevância dos Estudos Latino-Americanos se renova diante das crises políticas, econômicas e ambientais que afetam a região (Carniatto *et al.*, 2025). A institucionalização da pesquisa sobre a América Latina, nesse sentido, inclusive envolve uma forma de afirmar a centralidade do continente na produção de conhecimento global e fomentar a integração solidária entre as nações que compartilham desafios históricos semelhantes. A reflexão sobre essa premência, portanto, não se restringe à dimensão acadêmica, mas alcança as esferas culturais, sociais e políticas, reafirmando o papel do pensamento latino-americano como instrumento de transformação social e emancipação.

Diante desse panorama, o presente artigo tem como objetivo analisar, sob uma perspectiva histórica, o processo de formação e institucionalização da pesquisa em Estudos

Latino-Americanos no Brasil, destacando seus marcos, avanços, limitações e desafios atuais. A pesquisa, de caráter bibliográfico e qualitativa, baseia-se na revisão de obras clássicas e contemporâneas sobre o tema, além de documentos institucionais e relatórios de programas acadêmicos. Busca-se compreender como o campo se estruturou ao longo do tempo, quais foram as principais influências teóricas e políticas em sua consolidação e de que modo a institucionalização pode ser fortalecida no cenário atual.

O artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta uma análise histórica da construção dos Estudos Latino-Americanos, resgatando os principais marcos e correntes teóricas que fundamentam o campo. A terceira examina os processos de institucionalização da pesquisa no Brasil, destacando a criação de programas, redes e políticas públicas. A quarta discute as perspectivas contemporâneas e os desafios epistemológicos e políticos enfrentados para consolidar a pesquisa latino-americanista. Por fim, as considerações finais sintetizam a revisão e reafirmam a urgência de fortalecer institucionalmente o campo como estratégia de integração, autonomia científica e valorização das epistemologias latino-americanas.

A construção histórica dos Estudos Latino-Americanos

A constituição dos Estudos Latino-Americanos como campo de conhecimento científico e político resulta de um longo processo de elaboração intelectual, marcado pela busca de afirmação identitária e pela contestação de paradigmas impostos pela colonialidade do poder (Dussel, 2015).

Desde o século XIX, a ideia de “América Latina” delineou-se como uma categoria política e cultural que visava distinguir-se da hegemonia anglo-saxônica e do eurocentrismo. Todavia, é apenas no século XX que o latino-americanismo se consolida como objeto sistemático de pesquisa e reflexão teórica, articulando as dimensões econômicas, culturais, epistemológicas e geopolíticas.

O conceito de América Latina emergiu em meio aos processos de independência e de formação dos Estados nacionais, quando intelectuais e políticos buscavam um sentido de unidade que extrapolasse as fronteiras coloniais impostas pelas metrópoles ibéricas. Como observa Mignolo (2005), a noção de “latino-americano” tornou-se ao mesmo tempo uma construção de resistência e um produto das disputas discursivas da modernidade colonial. Desde sua origem, o termo carrega a ambivalência entre o desejo de emancipação e a persistência de uma matriz de pensamento eurocêntrica que continua a orientar a autocompreensão das elites

do continente.

Durante o século XX, essa tensão se intensificou diante das transformações econômicas e políticas globais. O pós-guerra marcou o início de uma nova fase para o pensamento latino-americano, com a fundação, em 1948, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Sob a liderança de Raúl Prebisch, a CEPAL introduziu uma leitura estruturalista do subdesenvolvimento, afirmando que as assimetrias entre centro e periferia eram inerentes ao sistema capitalista mundial. Essa formulação inaugurou um paradigma que busca compreender a realidade latino-americana a partir de suas próprias condições históricas e estruturais (Prebisch, 1950).

Com a elaboração da matriz estruturalista, autores como Celso Furtado desenvolveram interpretações pioneiras sobre o desenvolvimento desigual do continente. Em “Formação econômica da América Latina”, Furtado (1969) argumenta que o subdesenvolvimento não é uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas uma forma específica e histórica de inserção das economias latino-americanas no capitalismo global. Essa leitura crítica rompeu com a visão evolucionista e universalista de progresso herdada da economia clássica, contribuindo para a construção de uma epistemologia situada, voltada à realidade latino-americana.

Nas décadas de 1960 e 1970, a chamada Teoria da Dependência consolidou-se como uma das mais expressivas manifestações do pensamento latino-americanista. Essa corrente, representada por pesquisadores como Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos, aprofundou as críticas à CEPAL, ao destacar que a dependência não era apenas econômica, mas inclusive política e tecnológica. Para Cardoso e Faletto (1970), as sociedades latino-americanas desenvolveram-se de forma dependente, isto é, suas estruturas produtivas e institucionais foram moldadas por forças externas que condicionam a autonomia nacional. A Teoria da Dependência não apenas ampliou a compreensão das relações centro-periferia, mas inaugurou um diálogo interdisciplinar entre economia, sociologia e ciência política.

Paralelamente a esses debates econômicos e políticos, emergiram reflexões de caráter cultural e civilizatório que procuram redefinir o sentido da identidade latino-americana. Ribeiro (1986) propôs uma leitura antropológica da formação dos povos latino-americanos, ressaltando a diversidade étnica e cultural como elementos constitutivos de uma civilização singular. Em sua obra “As Américas e a Civilização” Ribeiro (1986) destaca o papel das mestiçagens biológica e cultural como forças criadoras, contrapondo-se às concepções raciais e deterministas que haviam marcado a historiografia tradicional. Para Ribeiro (1986), compreender a América Latina exige que se reconheça sua condição híbrida e sua capacidade

de reinventar-se frente às adversidades históricas.

Essas abordagens foram acompanhadas por um crescente esforço de articulação intelectual regional. Entre as décadas de 1950 e 1980, a América Latina experimentou um florescimento de redes de cooperação acadêmica e cultural, impulsionado por organismos internacionais e universidades públicas. O Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), criado em 1967, desempenhou papel central na integração dos pesquisadores do continente e na difusão de um pensamento crítico latino-americanista (Lander, 2005). Tais redes foram fundamentais para a consolidação dos Estudos Latino-Americanos como um campo interdisciplinar, em que economia, política, cultura e epistemologia se entrecruzavam.

No entanto, o avanço das ditaduras militares em diversos países da região, a partir dos anos 1960, interrompeu parte dessas iniciativas. No Brasil, o regime autoritário (1964–1985) reprimiu o pensamento crítico e dificultou a consolidação de espaços de debate latino-americano. Ainda assim, alguns núcleos acadêmicos resistiram, preservando a pesquisa regional e mantendo vínculos com instituições de outros países. Esse período encontra-se marcado pela emergência de exílios intelectuais, que, paradoxalmente, favoreceram a circulação de ideias e fortaleceram a dimensão transnacional do pensamento latino-americano (Santos, 2010).

Com o processo de redemocratização e a ampliação do ensino superior, a partir dos anos 1980, o campo dos Estudos Latino-Americanos ganhou novo impulso. O Brasil começou a institucionalizar programas voltados à integração regional, como o Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP), criado em 1989, e, posteriormente, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), fundada em 2010. Essas iniciativas refletem um reconhecimento crescente da necessidade de fortalecer a pesquisa sobre a América Latina, a partir de perspectivas próprias e integradoras.

Contemporaneamente, as discussões sobre decolonialidade e epistemologias do Sul ampliaram os horizontes do pensamento latino-americanista. Quijano (2000), Mignolo (2008) e Dussel (2015) introduziram uma crítica profunda à modernidade ocidental e à sua lógica de dominação epistêmica. Quijano (2000) estabeleceu o conceito de “colonialidade do poder”, destacando que o colonialismo não se restringiu à ocupação territorial, mas estruturou as formas de conhecimento, de trabalho e de subjetividade. Mignolo (2008), por sua vez, defende a “desobediência epistêmica” como estratégia de ruptura com as hierarquias cognitivas impostas pela modernidade colonial. Dussel (2015) acrescenta a dimensão ética e libertadora propondo uma “filosofia da libertação” fundada na alteridade e na dignidade dos povos oprimidos.

Essas perspectivas não apenas renovaram o campo teórico, mas desafiaram as

instituições acadêmicas a reverem seus critérios de legitimidade e seus paradigmas de cientificidade. A América Latina passa a ser vista não mais como objeto de estudo, mas como sujeito produtor de conhecimento, portador de racionalidades alternativas e de experiências históricas que interrogam os fundamentos do pensamento ocidental. Nesse contexto, a institucionalização dos Estudos Latino-Americanos adquire uma dimensão política de resistência à homogeneização cultural e cognitiva promovida pela globalização neoliberal (Santos, 2010).

A partir dos anos 2000, o fortalecimento das políticas de integração regional, como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), e a expansão dos programas de mobilidade acadêmica e cooperação internacional favoreceram o crescimento de redes interuniversitárias voltadas à pesquisa latino-americana. Entretanto, esse processo revelou fragilidades estruturais, como a dependência de financiamentos estatais instáveis, a carência de periódicos especializados e a dificuldade de reconhecimento institucional dentro das próprias universidades. Em muitos casos, os Estudos Latino-Americanos permanecem como subcampos inseridos em áreas mais amplas, sem autonomia administrativa e orçamentária.

Ainda assim, a partir do entendimento de Lander (2005) e Dussel (2015), observa-se que o campo tem avançado em direção a uma maior interdisciplinaridade e pluralidade metodológica. As novas gerações de pesquisadores latino-americanistas incorporam abordagens interseccionais, decoloniais e ecológicas, ampliando os objetos de investigação e conectando-os as agendas globais, como os direitos humanos, o meio ambiente e a democracia. Essa ampliação temática reforça o caráter dinâmico dos Estudos Latino-Americanos e demonstra sua relevância para compreender os desafios contemporâneos da região.

Processos de institucionalização da pesquisa latino-americanista no Brasil

A institucionalização dos estudos latino-americanos no Brasil constitui um processo complexo, profundamente vinculado à consolidação do pensamento social latino-americano e às dinâmicas políticas e culturais que marcaram o século XX. Embora as reflexões sobre a América Latina estejam presentes desde o período colonial, a consolidação de espaços institucionais voltados à pesquisa sistemática sobre a região emerge, de forma mais estruturada, a partir das décadas de 1950 e 1960. Esse movimento coincide com o fortalecimento das ciências sociais brasileiras, com a expansão do ensino superior e o papel central que organismos internacionais, como a CEPAL, desempenharam na formulação de uma agenda de

desenvolvimento regional (Furtado, 1969; Cardoso; Faletto, 1970).

Em 1984, a criação da CEPAL representou a primeira tentativa de articular uma visão latino-americana de desenvolvimento, em contraposição à hegemonia das teorias econômicas eurocêntricas. No Brasil, a influência cepalina foi decisiva para a formação de intelectuais que buscavam compreender a especificidade estrutural das economias latino-americanas, articulando dependência, industrialização e desigualdade. Autores como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e Ruy Mauro Marini tornaram-se referências nesse contexto, não apenas pela produção teórica, mas pela inserção de suas ideias em políticas públicas e projetos institucionais de pesquisa (Furtado, 1969; Marini, 1973).

Durante a década de 1960, a expansão das universidades federais e o fortalecimento das instituições de pesquisa criaram o ambiente propício para a emergência dos estudos latino-americanos enquanto campo acadêmico. O Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP) e o Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina (IELA/UFSC) são exemplos notáveis de centros que, posteriormente, se tornaram polos de reflexão sobre a integração regional, as identidades latino-americanas e os paradigmas epistemológicos descoloniais. Esses espaços desempenham papel central na sistematização e difusão de uma produção teórica que visa romper com o colonialismo intelectual e propor alternativas de leitura sobre a América Latina (Mignolo, 2005; Lander, 2005).

A institucionalização desse campo não foi, contudo, linear nem desprovida de tensões. O golpe civil-militar de 1964 no Brasil e a subsequente ditadura (1964–1985) representam um retrocesso em termos de liberdade acadêmica e de circulação de ideias críticas. Muitos pesquisadores latino-americanistas foram perseguidos, exilados ou tiveram suas atividades restringidas. Paradoxalmente, esse contexto autoritário impulsionou a formação de redes transnacionais de pesquisa, especialmente em universidades no Chile, México e Argentina, onde o pensamento crítico latino-americano ganhou densidade, especialmente a partir das teorias da dependência e da teologia da libertação (Santos, 1970; Quijano, 2000; Dussel, 2015).

Nas décadas seguintes, o campo dos estudos latino-americanos se consolida institucionalmente, com a criação de programas de pós-graduação, núcleos de pesquisa e associações científicas voltadas à América Latina. O surgimento da Associação Brasileira de Estudos da Integração da América Latina e do Caribe (ABEI-LAC) e da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS), bem como o fortalecimento da rede CLACSO, contribuiu para a articulação de agendas coletivas e para a legitimação acadêmica do campo. No Brasil, o papel da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foram determinantes para o reconhecimento das linhas de pesquisas dedicadas à temática latino-americana (Lander, 2005; Santos, 2010).

A partir dos anos 1980 e 1990, observa-se uma ampliação do escopo temático e epistemológico das pesquisas latino-americanistas, que passam a incorporar abordagens interdisciplinares envolvendo História, Sociologia, Ciência Política, Antropologia e Estudos Culturais. Essa diversificação se articula com a emergência de novos paradigmas, como o pós-colonialismo e o pensamento decolonial, que problematizam as formas de produção do conhecimento e questionam a centralidade das epistemologias ocidentais na interpretação da realidade latino-americana (Quijano, 2000; Mignolo, 2008). Nesse sentido, a institucionalização da pesquisa latino-americanista no Brasil se configura como um movimento de resistência epistemológica, na medida em que busca legitimar outras formas de saber e promover um diálogo horizontal entre diferentes tradições intelectuais.

O papel das universidades públicas sempre se apresentou contínuo e decisivo nesse processo. A criação, por exemplo, do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a América Latina (NEPAL) na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), instituição cuja própria fundação é símbolo da integração regional, demonstra o amadurecimento e a consolidação de uma institucionalidade voltada à pesquisa latino-americanista. A UNILA, ao lado da Universidade Federal da Integração Amazônica (UNIFESSPA) e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), reflete uma política de Estado orientada pela valorização das identidades regionais e cooperação entre os povos do Sul Global (Castro-Gómez, 2005; Santos, 2010).

Contudo, apesar dos avanços, a institucionalização dos estudos latino-americanos no Brasil ainda enfrenta desafios estruturais e epistemológicos. A dependência de financiamento público, a descontinuidade de políticas científicas e a escassa presença da América Latina nas agendas prioritárias das agências de fomento revelam a fragilidade institucional do campo. Além disso, há um déficit de integração entre as universidades brasileiras e as redes de pesquisa latino-americana, limitando a circulação de conhecimento e a consolidação de um pensamento genuinamente latino-americano (Castro-Gómez, 2005; Lander, 2005).

Outro aspecto a ser destacado é o papel das revistas científicas e dos congressos na consolidação desse campo. A criação de periódicos como a “Revista de Estudos Latino-Americanos” e a “Revista Crítica de Ciências Sociais” ampliou o espaço de divulgação e debate acadêmico, possibilitando o intercâmbio de ideias e o fortalecimento da visibilidade da produção latino-americana. Esses meios funcionam como instrumentos de resistência cultural,

ao promover a difusão de perspectivas críticas sobre integração regional, colonialidade do saber e políticas de identidade (Mignolo, 2008; Santos, 2010).

Nos últimos anos, a institucionalização da pesquisa latino-americanista tem se reconfigurado diante das transformações tecnológicas, da globalização e dos novos movimentos sociais. As discussões contemporâneas incorporam pautas relacionadas à diversidade étnico-racial, à questão indígena, à ecologia política e às epistemologias feministas decoloniais, ampliando a complexidade e o alcance das reflexões sobre a América Latina (Lugones, 2010). Essa ampliação epistemológica reforça a necessidade de consolidar instituições e redes de pesquisa capazes de acolher a pluralidade de vozes e experiências que constituem o continente.

Assim, a institucionalização dos estudos latino-americanos no Brasil deve ser compreendida como um processo em construção, marcado por avanços, rupturas e reconfigurações. Esse processo se ancora tanto em um legado histórico, forjado por pensadores clássicos, quanto em uma perspectiva contemporânea, que reconhece a importância da descolonização do saber e da integração solidária entre os povos latino-americanos (Dussel, 2015). Mais do que uma estrutura administrativa, trata-se de um projeto político e epistemológico buscando redefinir o lugar do Brasil na produção do conhecimento global, afirmando a América Latina como sujeito de sua própria história e não apenas como objeto de estudo.

Institucionalização da pesquisa: perspectivas atuais e desafios epistemológicos e políticos no contexto brasileiro

A institucionalização da pesquisa latino-americanista no Brasil, ao alcançar as primeiras décadas do século XXI, encontra-se diante de um cenário de redefinições profundas - tanto no plano epistemológico quanto no político e institucional. Se nas últimas décadas do século XX a consolidação do campo aconteceu pela afirmação de um pensamento crítico em relação às hegemonias do Norte Global, o presente exige que essa tradição se renove diante de novos desafios: a precarização das políticas científicas, o avanço de tendências conservadoras e a necessidade de uma verdadeira descolonização do conhecimento. Assim, compreender as perspectivas atuais da pesquisa latino-americanista no Brasil requer examinar simultaneamente a sua inserção institucional, as disputas em torno da produção e a validação do saber e as tensões políticas que moldam o ambiente acadêmico contemporâneo.

No plano institucional, observa-se que a consolidação de núcleos e programas de pós-graduação voltados à América Latina constitui uma conquista significativa. Instituições como

a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e o Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA/UFSC) representam marcos de uma política de integração que reconhece a importância estratégica da cooperação regional e da construção de identidades compartilhadas (Castro-Gómez, 2005; Santos, 2010). No entanto, essas instituições enfrentam limitações orçamentárias e dificuldades em reconhecimento acadêmico, resultantes de um contexto mais amplo de desvalorização das humanidades e de retração do investimento público em ciência e tecnologia.

A partir da década de 2010, as universidades públicas brasileiras foram diretamente afetadas por políticas de austeridade fiscal e contingenciamento de recursos, impactando na sustentabilidade de projetos de pesquisa e na formação de novas gerações de pesquisadores (Santos, 2018). O quadro agravou-se com a Emenda Constitucional nº 95/2016, que estabelece o teto de gastos e reduziu significativamente o financiamento de programas de fomento como da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Nesse contexto, a institucionalização da pesquisa latino-americanista encontrava-se ameaçada não apenas por restrições materiais, mas inclusive por um clima político que, em diversos momentos, hostiliza o pensamento crítico e plural.

Do ponto de vista epistemológico, os desafios são igualmente complexos. As perspectivas contemporâneas da pesquisa latino-americana buscam romper com a reprodução de modelos teóricos eurocêtricos e afirmar paradigmas próprios, ancorados na diversidade cultural e histórica da região. Essa inflexão epistemológica, fortemente inspirada pelo pensamento decolonial, propõe uma “virada do Sul” (Mignolo, 2008), na qual a América Latina deixa de ser objeto e passa a ser sujeito do conhecimento. Mignolo (2005) argumenta que pensar a partir da “fronteira” implica reconhecer que o saber é sempre situado e que a modernidade, enquanto projeto global, é inseparável da colonialidade que estrutura as relações entre a Europa e a América Latina.

Essa crítica é compartilhada por Quijano (2000), conceituando a “colonialidade do poder” como um sistema de classificação racial e epistêmica que sustenta a desigualdade global. No contexto brasileiro, essa discussão assume particular relevância, na medida em que evidencia como a hierarquização dos saberes igualmente se reproduz internamente, marginalizando conhecimentos indígenas, afro-brasileiros e populares. Assim, a institucionalização da pesquisa latino-americanista enfrenta o desafio de integrar saberes subalternizado e de promover uma ciência plural, interdisciplinar e comprometida com a transformação social (Lander, 2005; Dussel, 2015).

Santos (2010) chama essa reorientação de “epistemologias do Sul”, um projeto que busca ampliar o cânone científico a partir da valorização das experiências históricas e culturais das populações que foram sistematicamente silenciadas pela modernidade ocidental. Segundo o mesmo autor, trata-se de superar a monocultura do saber e do rigor científico, substituindo-a por uma ecologia de saberes capaz de articular diferentes racionalidades sem hierarquizá-las. Tal proposta dialoga diretamente com os objetivos dos estudos latino-americanos, que, desde sua origem, se definem pela contestação à hegemonia epistemológica do Norte e pela afirmação de um pensamento crítico enraizado nas realidades locais (Santos, 2018).

Entretanto, essa abertura epistemológica traz consigo novos dilemas institucionais. As universidades e agências de fomento, estruturadas a partir de padrões de avaliação internacionalizados, tendem a privilegiar indicadores bibliométricos e publicações em periódicos de língua inglesa, reproduzindo, assim, as assimetrias do sistema científico global (Grosfoguel, 2016). Isso impõe uma tensão constante entre a busca por reconhecimento internacional e a fidelidade a uma agenda latino-americanista comprometida com a emancipação regional. Como observa Castro-Gómez (2005), as universidades latino-americanas enfrentam a contradição de tentar “produzir um conhecimento autônomo dentro de estruturas de poder que continuam coloniais”.

Nesse cenário, a pesquisa latino-americanista no Brasil tem se apoiado em redes de cooperação regional que procuram superar o isolamento institucional e a dependência epistemológica. Iniciativas como o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais CLACSO, a Rede de Estudos sobre Integração Regional e o Fórum de Universidades Latino-Americanas desempenham papel relevante na articulação de projetos conjuntos, publicações multilíngues e intercâmbios acadêmicos (Lander, 2005). Tais experiências evidenciam a potência de uma institucionalidade construída de baixo para cima, sustentada pela solidariedade entre pesquisadores e a defesa da autonomia intelectual da América Latina.

Além disso, os novos movimentos sociais e culturais impulsionam a renovação das agendas de pesquisa. As epistemologias feministas decoloniais, formuladas por Lugones (2010) e Segato (2014), ampliam a crítica à colonialidade do poder, incorporando as dimensões de gênero, corpo e sexualidade como elementos centrais da opressão colonial. Essas perspectivas desestabilizam os paradigmas tradicionais das ciências sociais, ao propor que a produção do conhecimento deve acontecer das experiências concretas das mulheres latino-americanas e dos sujeitos historicamente subalternizados. Assim, o campo latino-americanista expande suas fronteiras teóricas, conectando-se a debates sobre interseccionalidade, racismo estrutural, ecologia política e direitos indígenas (Lugones, 2010; Segato, 2014).

Contudo, a incorporação desses novos referenciais enfrentam resistências dentro das instituições acadêmicas, ainda fortemente marcadas por hierarquias disciplinares e por uma lógica meritocrática que desvaloriza a produção local e comunitária. A tensão entre o universal e o particular, entre o global e o local reaparece sob novas formas, desafiando os mecanismos tradicionais de legitimação científica. Nesse sentido, a consolidação dos estudos latino-americanos depende não apenas da criação de novos programas e centros de pesquisa, mas de uma reestruturação epistemológica profunda, capaz de redefinir os conceitos de ciência e conhecimento válido (Quijano, 2000; Dussel, 2015).

Do ponto de vista político, a pesquisa latino-americanista encontra-se inserida em um contexto de disputa simbólica e ideológica. No Brasil contemporâneo, marcado por polarizações políticas e tentativas de censura ao pensamento crítico, a defesa da autonomia universitária e da liberdade de pesquisa torna-se uma tarefa urgente. Como observa Santos (2018), vivemos uma “crise das universidades públicas”, na qual a função emancipatória da ciência está constantemente ameaçada por discursos que buscam submeter o conhecimento ao controle de interesses econômicos e religiosos. A resistência a esse processo implica reafirmar o caráter público, democrático e transformador das universidades, dimensão intrinsecamente ligada à vocação latino-americanista de compreender e transformar a realidade social.

Além das dimensões epistemológicas e políticas, existem desafios operacionais impactando diretamente a continuidade e o alcance da pesquisa latino-americanista. A dificuldade de manutenção de periódicos especializados, a escassez de editais temáticos e a concentração de recursos nas regiões Sudeste e Sul do país acentuam as desigualdades regionais na produção do conhecimento. Tais obstáculos reforçam a necessidade de políticas de fomento reconhecendo a relevância estratégica dos estudos sobre a América Latina, não apenas como área temática, mas como um campo fundamental para a soberania intelectual brasileira (Furtado, 1969; Cardoso; Faletto, 1970).

Em perspectiva mais ampla, o fortalecimento da institucionalização dos estudos latino-americanos requer uma articulação mais orgânica entre academia, sociedade e Estado. Isso implica desenvolver políticas públicas de ciência e tecnologia incorporando as dimensões cultural e social da integração regional, bem como o reconhecimento do conhecimento produzido sobre a América Latina e o papel estratégico na formulação de alternativas ao desenvolvimento dependente. Nesse ponto, o pensamento de Furtado (1969) permanece atual ao defender que o desenvolvimento somente será autêntico quando enraizado nas potencialidades internas e nas especificidades históricas de cada país.

As perspectivas futuras da pesquisa latino-americanista no Brasil, portanto, passam pela

consolidação de uma ciência engajada, plural e crítica. A institucionalização desconstrói-se da burocratização e se reconhece como a construção de um espaço democrático de produção de conhecimento. Isso significa fortalecer os vínculos entre os centros de pesquisa, ampliar a cooperação internacional Sul-Sul, garantir financiamento estável e promover a inclusão de vozes historicamente silenciadas. Ao mesmo tempo, entende-se a necessidade de combater a tendência à fragmentação disciplinar, estimulando abordagens interdisciplinares e transversais refletindo a complexidade da realidade latino-americana (Mignolo, 2008; Santos, 2018).

Logo, observa-se que a institucionalização da pesquisa latino-americanista no Brasil contemporâneo enfrenta desafios estruturais, políticos e epistemológicos, apresentando um campo fértil de inovação e resistência. Sua força reside na capacidade de articular uma reflexão crítica e o compromisso ético, construindo pontes entre o passado e o futuro, entre a academia e a sociedade, entre o local e o global. Como adverte Dussel (2015), pensar a partir da América Latina avança além da produção do conhecimento sobre ela, entende-se como participar de um processo coletivo de libertação epistemológica, no qual o saber se torna instrumento de emancipação e solidariedade.

Considerações Finais

A institucionalização da pesquisa em Estudos Latino-Americanos no Brasil, analisada sob uma perspectiva histórica, epistemológica e política, revela-se como um processo em permanente construção, permeado por desafios estruturais, tensões teóricas e movimentos de resistência intelectual. Ao longo das últimas décadas, as universidades brasileiras e os centros de pesquisa desempenham papel fundamental na consolidação da compreensão da América Latina além dos paradigmas eurocêntricos que, historicamente, moldam o pensamento científico e acadêmico do continente.

Nesse sentido, o percurso histórico traçado pelos intelectuais latino-americanos, desde os debates da dependência até os atuais estudos decoloniais, fornecem o alicerce de uma epistemologia comprometida com a emancipação cognitiva e social dos povos latino-americanos.

O estudo demonstrou que a trajetória da institucionalização dos Estudos Latino-Americanos no Brasil avança além da criação de centros, programas de pós-graduação e redes acadêmicas. Trata-se, sobretudo, de uma transformação paradigmática envolvendo a redefinição das bases epistemológicas do conhecimento. A emergência na discussão fomentada por grandes pesquisadores, impulsionam um movimento de descolonização do saber,

questionando a centralidade das epistemologias do Norte global e reivindicando o reconhecimento das racionalidades produzidas no Sul. Essa virada decolonial amplia o horizonte teórico dos estudos regionais, provocando uma reconfiguração política da produção científica e propondo um reposicionamento do Brasil e da América Latina na geopolítica do conhecimento.

Contudo, a institucionalização desse campo enfrenta entraves significativos. A dependência histórica das políticas públicas de fomento à pesquisa, a instabilidade orçamentária das universidades públicas e o predomínio de agendas científicas alinhadas às perspectivas internacionais dificultam o fortalecimento autônomo dos Estudos Latino-Americanos. Além disso, a hegemonia de referenciais teóricos de origem europeia e norte-americana persistem como obstáculo epistemológico, frequentemente invisibilizando o legado das tradições intelectuais latino-americanas. Essa realidade exige um esforço contínuo de revisão crítica das práticas acadêmicas e dos currículos universitários, a fim de garantir a centralidade das produções locais e regionais na formação de pesquisadores e docentes.

Do ponto de vista epistemológico, observa-se que o desafio da institucionalização não se encontra restrito à ampliação de espaços institucionais, mas a um processo de consolidação de um pensamento crítico capaz de articular as dimensões histórica, social e política da América Latina. Isso implica em superar a fragmentação disciplinar que marca o campo, promovendo abordagens interdisciplinares e transnacionais. A interdisciplinaridade, quando orientada por uma perspectiva decolonial, permite compreender as múltiplas formas de dominação e resistência que compõem o tecido histórico da região, oferecendo uma visão mais complexa e integrada da realidade latino-americana.

As análises recentes apontam que o Brasil, embora apresente um importante acúmulo institucional e intelectual, ainda carece de políticas consistentes na consolidação e internacionalização de estudos sobre a América Latina (Domingues, 2012; Ricupero, 2018). A criação de redes de pesquisa regionais, a ampliação de intercâmbios com universidades latino-americanas e a valorização de publicações em língua portuguesa e espanhola são estratégias fundamentais no fortalecimento da autonomia científica e linguística do campo. Nesse contexto, o papel das agências de fomento como a CAPES e o CNPq, são decisivos para garantir a sustentabilidade dessas iniciativas e evitar a dispersão dos esforços acadêmicos.

Outro ponto relevante diz respeito ao impacto político dos Estudos Latino-Americanos. A pesquisa no campo não deve se restringir à produção de conhecimentos teóricos, avançando em estudos na promoção de transformações sociais e na construção de políticas públicas voltadas à integração regional e à justiça cognitiva. Como argumenta Santos (2010), a ciência

somente cumpre seu papel emancipador quando se compromete com a pluralidade de saberes e com a democratização do conhecimento. Assim, a institucionalização da pesquisa latino-americanista busca ser entendida não apenas como um processo técnico, mas como um projeto político que redefine as relações entre o conhecimento, o poder e a sociedade.

As perspectivas atuais indicam uma ampliação dos temas abordados pelo campo, incorporando debates sobre gênero, raça, meio ambiente, migrações e epistemologias indígenas e afro-latino-americanas (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007). Essa diversificação temática reflete um amadurecimento teórico e metodológico, desafiando as estruturas tradicionais de produção de conhecimento. Ao incluir sujeitos e perspectivas historicamente excluídas e marginalizadas, os Estudos Latino-Americanos reafirmam seu compromisso com a descolonização do pensamento e com a pluralidade epistêmica.

Por fim, se reconhece que o futuro da institucionalização dos Estudos Latino-Americanos no Brasil depende da capacidade das universidades e dos pesquisadores em construir alianças interinstitucionais e transnacionais. A consolidação de uma agenda comum entre os países da região, orientada por princípios de solidariedade intelectual e cooperação científica, torna-se essencial para o enfrentamento dos desafios impostos pela globalização neoliberal e a crescente precarização do ensino superior. Além disso, a inserção internacional dos Estudos Latino-Americanos suprime a reprodução de assimetrias históricas, priorizando o diálogo horizontal entre centros de pesquisa do Sul global e valorizando a produção de conhecimento situada e contextualizada.

Referências

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CARNIATTO, Irene; PEREIRA, Vilmar Alves; GONZALEZ, Aline Costa. Educação ambiental climática e perspectiva das redes frente aos desafios na América Latina e Caribe. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 20, n. 4, p. 294-315, 2025. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/20386/14031>. Acesso: 26 nov. 2025.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La hybris del punto cero**: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816). Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2005.

_____; GROSFOGUEL, R. “Prólogo. Giro decolonial, tepría crítica y pensamiento heterárquico”. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (eds.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 93-126.

DOMINGUES, José Maurício. Global modernity, development, and contemporary civilization: the limits of Eurocentrism. **European Journal of Social Theory**, v. 15, n. 1, p. 1-18, 2012.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2015.

FURTADO, Celso. **Formação econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1969.

GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios ao longo século. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, 25-49, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F3dpF6yZVVGgt/?format=pdf&lang=pt/>. Acesso em: 7 nov. 2025.

LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/>. Acesso em: 7 nov. 2025.

LUGONES, María. Toward a decolonial feminism. **Hypatia**, v. 25, n. 4, p. 742-759, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 35, n. 1, p. 9-55, 1973.

MIGNOLO, Walter D. **A ideia de América Latina**. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

_____. Desobediência epistêmica: retórica da modernidade, lógica da colonialidade e gramática da descolonialidade. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cadernosdeletras/article/view/32630>. Acesso em: 26 nov. 2025.

PREBISCH, Raúl. **The economic development of Latin America and its principal problems**. New York: United Nations, 1950.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 107-130. Disponível em: <https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/>. Acesso em: 23 nov. 2025.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750–2016**. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2018.

SAKAMOTO, Tamiris Yuri; MENDES, Áquilas; CARNUT, Leonardo. Economias dependentes latino-americanas no capitalismo contemporâneo: problemas e desafios do

capital produtivo em Marini e Caputo. **Cri Revolucionária**, v. 2, e003, 2022. Disponível em: https://repositorio.usp.br/directbitstream/72d88e52-fa11-4331-902a-99c203f271f8/HSP_44_2022.pdf. Acesso: 26 nov. 2025.

SANTOS, Theotonio dos. **A teoria da dependência**: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SEGATO, Rita Laura. **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda**. Buenos Aires: Prometeo, 2014.

ZANELLA, Clayton Luiz; DONATTI, Adriana Pegoraro. O papel dos movimentos sociais e da participação política na conquista ou manutenção do estado democrático na América latina. **Caderno Intersaberes**, v. 12, n. 43, p. 272-285, 2023.